

*Caminhos de um mal-estar de civilização:
reflexões intelectuais norte-americanas para
pensar a democracia e o negro no Brasil*



Capa da revista Gráfica n. 6, 1984.

Elizabeth Cancelli

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do CNPq e da Fapesp. Autora, entre outros livros, de *A cultura do crime e da lei no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2001. cancellie@pq.cnpq.br

Caminhos de um mal-estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil*

Elizabeth Cancelli

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo buscar eixos de reflexão desenvolvidos nos Estados Unidos e que foram importantes para repensar a questão da democracia e da cultura no Brasil, especialmente no que diz respeito à inclusão social do negro e à construção de uma identidade brasileira. Assim, as releituras da herança da escravidão verificadas no Sul norte-americano nas primeiras décadas do século XX e o encorajamento para a redefinição da democracia, ocorridos no auge da guerra fria e da *cultural war*, serão contemplados para a recuperação de vertentes importantes do pensamento brasileiro e sua inserção nos debates em torno desse “mal-estar de civilização”.

PALAVRAS-CHAVE: cultura; racismo; guerra fria.

ABSTRACT

This article seeks to pinpoint scholarly reflections carried out in the United States which turned out to play an important role for the understanding of democracy, culture and race relations in Brazil's national identity. Special attention is devoted to the heritage of slavery among US Southern intellectuals in the early 20th century. Finally, I am also concerned with how the redefinition of democracy in the United States, in addition to the cultural war that reached its apex during the cold war, had an impact on key strands of the Brazilian intellectual production.

KEYWORDS: culture; racism; cold war.



Em 1961, sob orientação de Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931) doutorou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Fruto de uma pesquisa que vinha sendo desenvolvida por um conjunto maior de estudiosos, o trabalho de Cardoso somava-se ao de outro orientando de Florestan Fernandes, Otávio Ianni (1926-2004), cujas teses de mestrado (*Raça e mobilidade social em Florianópolis*) e de doutorado (*O negro na sociedade de classes*) foram defendidas em 1956 e 1961, respectivamente. Ianni e Cardoso seguiam os passos de Florestan Fernandes, que havia publicado, com Roger Bastide (1898-1974), *Branços e negros em São Paulo*, em 1958.

Os estudos de todos eles eram resultantes das pesquisas que coube à Universidade de São Paulo (USP) desenvolver sobre as relações raciais no Brasil, especificamente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Do projeto financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em

* Este artigo contou com financiamento do CNPq e da Fapesp. Foi Carlos Henrique Romão de Siqueira, quando ainda fazia sua tese *A alegoria patriarcal: escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e no Brasil*, defendida na UnB em 2007, quem chamou minha atenção para a aproximação de Gilberto Freyre com os Agrarians, como teremos oportunidade de ver a seguir. A Carlos Henrique devo meus agradecimentos.

1951 e 1952¹, a fração sob a responsabilidade da USP² foi coordenada justamente por Roger Bastide e Florestan Fernandes.³

O trabalho de Fernando Henrique Cardoso, como já foi dito, fazia parte de uma série⁴ que incluía o que ele desenvolvera com Otávio Ianni (*Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*), publicado em 1960⁵ com prefácio que Florestan Fernandes concluía em dezembro de 1959. Como diria Otávio Ianni, todos eles pressupunham que “o preconceito racial no Brasil é um dado fundamental das relações sociais”.⁶

Nessa trilha que se seguiria a fim de desmistificar a democracia racial brasileira, o livro de Fernando Henrique, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, procurava, como ele próprio alega, opor-se à “mistificação sociológica que abrandava os efeitos negativos do patriarcalismo escravista e insistia na existência [...] de uma democracia racial”⁷. Em outras palavras, contrapunha-se a determinadas interpretações sobre a história, a cultura, a evolução e as propostas de Brasil, das quais Gilberto Freyre (1900-1987) se tornaria o maior expoente. Teses que Freyre expunha sistematicamente em suas obras — o maior sucesso seria *Casa-grande & senzala*, lançado em 1933 e já em sua quinquagésima edição em 2005, desta vez com uma apresentação do próprio Fernando Henrique⁸ — passaram a ser continuamente refutadas pelo grupo da USP.

Os núcleos do trabalho de Fernando Henrique Cardoso — para as finalidades que aqui nos interessam — podem ser assim resumidos:

1. a escravidão foi um processo que produziu dupla alienação: a de senhores e a de escravos;
2. os padrões estruturais garantem a compreensão da assimetria das posições dos grupos raciais⁹;
3. foram relações de produção que se caracterizaram como “relações de violência e de alienação mantida(s) pelos efeitos da violência”¹⁰ que estavam presentes na escravidão;
4. houve “impraticabilidade de o capitalismo expandir-se além de certos limites através da escravidão”¹¹;
5. os efeitos sobre “o comportamento do negro livre exercidos pela escravidão e pelas representações dos brancos sobre os escravos (a socialização parcial do escravo, as expectativas assimétricas nas relações entre brancos e negros etc., resultando na anomia e na desmoralização do grupo negro)”, levaram apenas a uma espécie de “consciência possível”¹² do negro;
6. a tese da democracia racial está baseada em uma reconstrução idílica do passado¹³;
7. a escravidão foi um sistema autocrático pervertido, de apelo ao arbítrio e à força bruta¹⁴;
8. “a imagem do escravo como objeto e a heteronímia na ação que os dominadores impõem aos dominados no regime escravocrata são obtidas pela coação aberta e contínua e pela socialização do escravo para suportar o exercício da violência”¹⁵;
9. “o escravo torna-se um ser parcial, capaz apenas de executar as formas mais rudes de trabalho” e, enquanto os senhores os representavam apenas como instrumentos de produção, os escravos se

¹ O projeto foi idealizado por Arthur Ramos, quando este era diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco em 1949. Teve sua aprovação em junho de 1950, na 5. sessão da Conferência Geral da Unesco realizada em Florença, que enfatizou as preocupações com os problemas relativos à pobreza e às questões raciais no pós-guerra. Cf. MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, São Paulo, out. 1999. Disponível em <www.sieco.br.ph?pid>. Acesso em 13 jun. 2007.

² Além de São Paulo, equipes de três outros estados realizaram pesquisas sobre o tema: Rio de Janeiro (Costa Pinto, 1920-2002), Pernambuco (Gilberto Freyre) e Bahia (Thales de Azevedo, 1904-1995).

³ Ver Pessoa e instituição — entrevista com João Baptista Borges Pereira. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, São Paulo, 2003. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 12 jun. 2007.

⁴ Distinguem-se também os de Oracy Nogueira (1917-1996), Virgínia Leone Bicudo (1915-2003) e Aniela Ginsberg (1902-1986).

⁵ O Inep e a Capes participaram do financiamento dessa pesquisa.

⁶ Otávio Ianni: o preconceito racial no Brasil (entrevista). *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, São Paulo, 2004. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 jun. 2007.

⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, prefácio à quinta edição, p. 10.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação: um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

⁹ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique, *op. cit.*, p. 107.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 41.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 43.

¹² *Idem, ibidem*, p. 44.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 108.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 109.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 351.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 353.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 354.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 332.

²⁰ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972, p. 7.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 7 e segs.

²² Em 1947, o presidente dos Estados Unidos, Truman, instaurou o President's Committee on Civil Rights, como veremos mais adiante.

²³ CF. DUDZIAK, Mary. *Cold War Civil Rights: Race and the Image of American Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

²⁴ Arthur Schlesinger Jr., prêmio Pulitzer em 1945, foi professor de Harvard. Pertencia aos círculos da elite intelectual norte-americana, os WASPs (White Anglo-Saxon Protestant), envolvidos com os serviços de inteligência na guerra. Schlesinger serviu no Office of War Information (1942-1943) e no Office of Strategic Services (1943-1945). Entre 1961 e 1963, ele foi assistente especial de Kennedy para assuntos latino-americanos e continuou ligado aos serviços de inteligência. Foi um dos principais articuladores do Congress for Cultural Freedom, tanto na arrecimação de intelectuais como na estratégia de fazer do congresso uma das principais armas da guerra cultural (*cultural war*).

²⁵ Ver SCHLESINGER JR., Arthur M. *The Vital Center: The Politics of Freedom*. USA: DaCapo, 1988, cap. IX ("The Techniques of Freedom").

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 189.

²⁷ Essa tese foi definitivamente abandonada em 1959, embora já por demais enfraquecida desde 1944.

"auto-representavam como seres incapazes de comportar-se como homens livres"¹⁶;

10. Após a escravidão, "a massa dos ex-escravos despreparada socialmente e culturalmente [...] ajustou-se passivamente"¹⁷ e aceitou a "existência de desigualdades sociais, expressas sob a forma de desigualdades naturais". A maior parte dos negros ratificou essa situação pela aceitação do "ideal de branqueamento". Já os escravos ligados ao artesanato urbano ou à escravidão doméstica que puderam beneficiar-se de melhores condições materiais e morais de existência formularam uma "ideologia da negritude"¹⁸; um "racismo anti-racista"¹⁹.

Esses pontos-chave, encontrados em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, estavam assentados nas premissas do trabalho de Florestan Fernandes, que procurava fundir uma perspectiva histórica a uma perspectiva estrutural-funcional na análise do que ele chamava de uma "sociedade de classes em formação"²⁰. Essa "sociedade emergente", "competitiva", parte da "civilização industrial", lançava "suas raízes no anterior sistema de castas e estamentos", porém tal modernização não possuía muita força para expurgar-lhe os hábitos, padrões de comportamento e funções sociais institucionalizadas"²¹.

Nesse período pós-Segunda Guerra Mundial, quando se realizou a pesquisa da Unesco, bastante abalados com as críticas de esquerda a uma sociedade — ou civilização — que se dizia democrática, mas que conservava várias formas de racismo, inclusive a segregação, os Estados Unidos investiam pesadamente nos estudos sobre os problemas raciais²². O ponto central consistia em demonstrar que, mesmo assumindo que a questão racial nos Estados Unidos era complexa e que existia discriminação e segregação, o sistema democrático possibilitava a resolução de problemas. Do ponto de vista interno, acreditava-se que superar a questão racial era fundamental para enfrentar a luta contra o comunismo e suas armas de propaganda.²³

Já em 1949, quando Arthur Schlesinger Jr. (1917-2007)²⁴ lançava seu livro *The Vital Center*, o historiador fazia sérias recomendações acerca das "técnicas de liberdade"²⁵:

*A sociedade livre não pode sobreviver sem que derrote os problemas da estagnação econômica e do colapso. Mas o sucesso econômico pode apenas criar as condições para a sobrevivência da liberdade; ela não pode dar garantias. A preservação da liberdade requer um comprometimento contínuo e positivo. Especificamente a manutenção dos Estados Unidos como uma sociedade livre desafia o povo americano à imediata responsabilidade em duas áreas: os direitos civis e as liberdades civis.*²⁶

Na verdade, desde que foram publicadas as resoluções do Comintern para a questão negra (*Comintern Resolutions on the Negro Question*), em 1928 e 1930, afirmava-se que os *African-Americans* perfaziam uma espécie de cinto negro (*black belt*), formador de uma nação oprimida e à parte no interior dos Estados Unidos, e que esta nação deveria ter o direito de desmembrar-se e autodeterminar-se²⁷. A opressão negra teria sido causada pela condição de expropriação e semi-escravidão a que haviam sido relegados os negros, pela ainda inconclusa questão agrá-

ria do Sul, agravada pelo terror da Ku Klux Klan.

Era o mesmo Arthur Schlesinger quem dizia que, “como a mais apelativa injustiça social no país”, o problema negro atraía o interesse do Partido Comunista desde seu início.²⁸

A posição do Partido Comunista dos Estados Unidos era a de que

*a grande maioria dos negros nos distritos rurais do sul não era “reserva da reação capitalista”, mas aliada em potencial do proletariado. Sua situação objetiva facilitava sua transformação em uma força revolucionária, que, sob a liderança do proletariado, será capaz de participar na luta conjunta com todos os demais trabalhadores contra a exploração capitalista [...] É dever de todos os trabalhadores negros organizar, através da mobilização das grandes massas da população negra, a luta dos trabalhadores e arrendatários do campo contra as formas de opressão semi-feudal. [...] a questão negra precisa fazer parte e participar de toda e qualquer campanha conduzida pelo Partido.*²⁹

A postura do Comintern afetava a política norte-americana interna e externamente, pois orientava o Partido Comunista dos Estados Unidos e os demais, no mundo todo, a tomar a causa negra como frente de lutas antiimperialistas e antiamericanas.

Em 1950, a USIA (United States Information Agency), que a partir de 1953 consolidaria, no exterior, a maior parte das atividades de informação do Departamento de Estado, publicara o panfleto *The Negro in American Life*. Essa agência estava encarregada de explicar a política externa norte-americana e mostrar ao restante do mundo as faces de sua vida e de sua cultura, especialmente em respeito aos direitos e às liberdades dos indivíduos. A tarefa da USIA era complexa na medida em que o problema do negro foi evocado constantemente como prova da falta de liberdade interna e da selvageria do sistema capitalista. A agência reconhecia, particularmente depois dos acontecimentos em Little Rock, que os problemas raciais e a violência em relação a eles existiam, mas providenciava informações sobre os avanços dos negros norte-americanos, com ênfase na educação, na política e na economia.³⁰

As investidas das políticas de governo vinham sendo intensificadas antes mesmo de Little Rock, quando então foram realizadas pesquisas de opinião para verificar o quanto as relações raciais afetavam a imagem norte-americana no exterior. As conclusões foram que, universalmente, os estrangeiros possuíam uma visão negativa do tratamento dispensado aos negros em território estadunidense, mesmo nos países mais simpáticos aos Estados Unidos, como a Grã-Bretanha, a Alemanha Ocidental e a Noruega. Little Rock teria apenas confirmado tal fato.³¹

Não seria, portanto, por acaso que a iniciativa da Unesco em financiar uma pesquisa sobre relações inter-raciais no Brasil havia provocado uma certa surpresa, principalmente porque se considerava que, no âmbito mundial, o Brasil não apresentava problemas urgentes dessa natureza³². Mas a Unesco estava oficialmente mobilizada em uma campanha contra a discriminação e o preconceito raciais.³³ A escolha havia sido feita, dizia Alfred Metraux (1902-1963), então chefe da Division for the Study of Race Problems da organização, justamente porque

Os raros exemplos de relações raciais harmoniosas não têm, contudo, recebido a

²⁸ SCHLESINGER JR., Arthur M., *op. cit.*, p. 189.

²⁹ *The 1928 and 1930 Comintern Resolutions on the Black National Question*

in the United States. Disponível em www.marx2mao.com/Other/CR75.html. Acesso em 3 jul. 2007.

³⁰ Na década de 1950, houve importante investimento da USIA na produção de filmes que mostrassem ao mundo os astros negros, desde que eles não professassem nenhum tipo de idéia radical, ao contrário do que faziam os ativistas Paul Robeson (1898-1976), Lorraine Hansberry (1930-1965) e Malcolm X (1925-1965). Em 1957, Louis Armstrong (1901-1971), muito mais cordato, teve suspensa sua turnê na URSS, financiada pelos EUA, quando criticou duramente a condução de Eisenhower (1890-1969) em Little Rock. Cf. SCHWENK, Melinda M. *Negro Star and the USIA'S Portrait of Democracy*. Disponível em www.aejmc.org/_events/convention/abstracts/1999/viscom.php. Acesso em 19 jun. 2007.

³¹ Cf. HEGER, Kenneth W. *Race Relations in the United States and American Cultural and Informational Programs in Ghana, 1957-1966*. Disponível em www.archives.gov/publications/prologue/1999/winter/us-and-ghana-1957-1966. Acesso em 16 jun. 2007.

³² Cf. METRAUX, Alfred. *A Report on Race Relations in Brazil*. *Unesco Courier*, v. 5, 8/9, 1952, p. 6. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000711/071135>. Acesso em 19 jun. 2007.

³³ *Idem*.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 6.

³⁵ Cf. *idem*.

³⁶ Em 1950, *Casa-grande & senzala* já estava em sua sexta edição no Brasil. Em 1942 fora publicado na Argentina, em 1946 nos Estados Unidos, em 1947 na Inglaterra, em 1952 na França e em 1957 em Portugal. Em 1957, Freyre foi laureado nos Estados Unidos com o prêmio Anisfield-Wolf, destinado ao melhor trabalho no mundo sobre relações entre raças.

³⁷ Destacamos aqui duas passagens: "Ficamos espantados ao perceber as novas nações da América do Sul se agitam, há um quarto de século [...] Mas quem pode afirmar que as revoluções não são, em nosso tempo, o estado mais natural dos espanhóis da América do Sul?"; "Mas em que porção do mundo encontram-se ermos mais férteis, rios maiores, riquezas mais intactas e mais inesgotáveis do que na América do Sul? No entanto, a América do Sul não pode suportar a democracia." TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 263 e 360, respectivamente.

mesma atenção tanto de cientistas como do público em geral, mesmo que a existência de países onde as diferentes raças vivam em harmonia seja por si só um fato importante capaz de exercer uma forte influência na questão racial como um todo.

Um dos dogmas básicos do racionalismo [racionalism] é que os homens de diferentes raças não podem misturar-se sem condenar-se à decadência moral e física.

*Se pudermos mostrar, por um ou mais exemplos concretos, que este argumento, ou mais precisamente este credo, é falso, as injustiças e sofrimentos que as políticas de segregação infligem aos membros das assim chamadas raças "inferiores" não poderão mais se justificar.*³⁴

Metraux afirmava ainda que o Brasil era um dos raros países que alcançou a democracia racial. Chamou a atenção para o fato de que a atitude dos países ibéricos em relação à escravidão se diferenciou muito da de outras potências coloniais, assim como cláusulas favoráveis a escravos teriam sempre existido nas leis portuguesas e espanholas, reflexo da vontade da Igreja que, desde o século XVII, reconhecia os indígenas e os negros como seres humanos. Além disso, não poderia ser negada a contribuição do negro à tradição religiosa, social e artística, em um país que estava demonstrando sua originalidade, como também ao surgimento de uma nova civilização, na qual brancos e negros teriam trabalhado conjuntamente para criar um novo ambiente social.

O grande perigo, declarava o chefe da Divisão da Unesco, era o papel que transformações econômicas poderiam representar na formação do preconceito racial. E argumentava que a rápida urbanização que tomou lugar no Brasil acirrou as relações entre brancos e negros em determinadas cidades e provou conflitos sérios. Para ele, o nascimento de uma classe trabalhadora rural, acompanhada de uma crescente competição entre imigrantes, com um grande número de pessoas de cor que estava se mudando para os centros industriais, poderia destruir essa democracia racial.³⁵

De um modo geral, as justificativas para realizar a pesquisa da Unesco no Brasil seguiam as linhas mestras de pensamento de Gilberto Freyre em seus estudos. Era interessante ver o predomínio de uma visão sobre o Brasil, especialmente em sua fase histórica embrionária, a partir da qual o autor, consagrado acima de tudo por *Casa-grande & senzala*³⁶, enfatiza a sensibilidade de uma cultura sustentada na bondade humana ou no humanismo, advinda de uma perspectiva nordestina, principalmente a de Pernambuco.

Essa perspectiva foi uma espécie de criação de identidade cujo pólo de sustentação era a referência a seu contrário (de oposição ou contraste). Ela seria, portanto, inversamente relativa aos valores que se encontrariam no Sul do Brasil. Para nos atermos a uma dimensão mais universal, poderíamos dizer que as teses aventadas no projeto da Unesco por Alfred Metraux se contrapunham àquilo que Alexis de Tocqueville (1805-1859) deu ênfase em sua exaltação aos Estados Unidos, quando escreveu, em 1835, seu clássico livro *A democracia na América*. Tocqueville exaltou os valores do Norte puritano, em oposição aos valores das demais regiões do continente, fadadas, segundo ele, à desordem e alheias ao trabalho e à riqueza.³⁷

Seguindo os preceitos de Freyre, nessa interpretação inversa ao consagrado escrito de Alexis de Tocqueville, o pragmatismo utilitarista



do protestantismo era incompatível com as premissas que haviam facultado construir uma civilização diferenciada como era o Brasil. Gilberto Freyre pressupunha que “a cultura católica era mais plástica, mais flexível, com maior capacidade de assimilação, ao passo que a cultura protestante, mais dura, mais rigorosa, mais intransigente, era menos receptiva à diversidade e menos rica em termos estéticos”³⁸. A plasticidade e a imensa capacidade de assimilação estariam presentes sempre que a cultura católica tivesse obtido espaço de penetração, o que teria ocorrido de forma exemplar no Nordeste brasileiro. Por isso, o verdadeiro espírito brasileiro estaria no Nordeste.

Freyre centralizaria toda a procura de identidade no passado e na construção de uma memória. Colocou-se, portanto, em contraste com projeções de futuro, notadamente aquelas que repousavam em um tipo de modernidade apregoada no Sul do Brasil, sobretudo em São Paulo. Para Freyre, a aposta de modernidade e de civilização advinda do Sul do país seria uma espécie de modelo intrusivo sobre a tradição, extemporânea àquela identidade cultural diferenciada, sustentada por ele e por sua busca constante da tradição. Freyre propunha, dessa maneira, um modelo bastante diferente de civilização, distante e antagônico ao modelo protestante de desenvolvimento do capitalismo.

Fernando Henrique Cardoso continuaria a criticar essa posição de Freyre ainda em 2005, quando de sua apresentação para a quinquagésima edição de *Casa-grande & senzala*. Dizia ele que “Gilberto Freyre contrapunha a tradição patriarcal a todos os elementos que pudessem ser constitutivos do capitalismo e da democracia: o puritanismo calvinista, a moral vitoriana, a modernização política do Estado a partir de um projeto liberal e tudo o que fundamentara o Estado de Direito (o individualismo, o contrato, a regra geral), numa palavra, a modernidade.”³⁹

A postura de Freyre, no que diz respeito à proposta de um outro tipo de civilização, é importante frisar, não se consubstanciava como algo solitário. Como o francês Tocqueville, que usara os Estados Unidos para pensar a realidade de seu próprio país, a França, Freyre, um século depois, também se inspirara nos norte-americanos para repensar o Brasil, porém fazia como que uma troca de sinais em relação ao trabalho de Tocqueville. Lá, onde o francês viu positividade, Freyre via negatividade. Sua proposta de civilização seria diversa. Freyre a estava compartilhando com um movimento que vinha tomando corpo especialmente no Sul dos Estados Unidos.

Ao sul

Em 1918, Gilberto Freyre chegara para estudar em Waco, no Texas, na Baylor University, uma tradicional instituição batista de ensino superior⁴⁰. Dois anos mais tarde, desenvolveria severa crítica ao protestantismo e se voltaria não só para o catolicismo como para o iberismo.⁴¹

Naquela época, vivia-se intensa agitação intelectual no Sul. Um de seus movimentos era o chamado The New Poetry. Ele adentrara o Sul dos Estados Unidos e procurava humanizar a poesia, fazendo uso de uma linguagem mais fresca e original, fugindo completamente dos tipos tradicionais de versos, o que viria a diferenciá-lo das formas estabelecidas

³⁸ SIEPIERSKI, Paulo D. Protestantismo versus brasilidade nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre. Disponível em <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br>>. Acesso em 20 mar. 2007.

³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação: um livro perene, *op. cit.*, p. 27.

⁴⁰ O pai de Freyre era um entusiasta da religião batista. Foi em colégio batista que Freyre realizou seus estudos no Recife, e acabou sendo batizado naquela religião em 1917, ano anterior a sua ida aos Estados Unidos para estudar na maior universidade batista do mundo. Cf. SIEPIERSKI, Paulo D., *op. cit.*

⁴¹ Ver principalmente os trabalhos de Elide Rugai Bastos. Uma síntese dessa questão pode ser encontrada em BASTOS, Elide Rugai. Brasil: um outro ocidente? Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/clacso/paper10.doc>>. Acesso em 5 jul. 2007.



⁴² Cf. COBB, James. *A Way Down South: A History of Southern Identity*. New York-Oxford: Oxford/ University Press, 2007. Ver a respeito o que pondera o autor quanto aos esforços de industrialização e modernização após o período de Reconstruction (1865-77), notadamente na p. 68.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 87 e 88.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 104.

⁴⁵ Diz-se que o registro foi supostamente feito em 1920, porque, como esclarece Maria Lúcia G. Palhares-Burke, “fica claro que o texto foi escrito e reescrito ao longo dos anos, houvesse ou não um núcleo original de entradas feitas na própria época dos eventos que descreve”. PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G. Um livro marcante ou uma autobiografia à prestação. In: FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930)*. São Paulo: Global, 2006, p. 13.

⁴⁶ O contato teria sido por correspondência, e possivelmente com impacto unilateral em Freyre. Cf. PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, esp. p. 24, 34, 162 e 163. Ainda segundo a autora, Mencken seria um dos maiores mentores de Freyre, “implacável na denúncia dos males da modernidade e no apelo a uma aristocracia intelectual”, p. 204.

⁴⁷ Ele nasceu em Baltimore.

⁴⁸ Particular atenção deve ser dada ao movimento de migração interna de negros que saía do sul dos Estados Unidos para se estabelecer no norte após a guerra civil. Havia uma considerável concentração deles no Harlem.

pela literatura do século XIX. Era a procura de novas plasticidades. Freyre foi tocado por tal forma de fazer uso da palavra e da poesia.

Havia também uma intensa movimentação intelectual que criticava a exaltação da segregação calcada na tentativa de conservar os ideais do velho sul (Old South), de uma história feita por “senhoras” e por remanescentes confederados, especialmente quanto às concepções de raça, de política e de hierarquia de classe defendidas por essa velha escola⁴². Os admiradores desse renascer sulista (Southern Renaissance) se posicionavam abertamente contra as doutrinas segregacionistas que haviam se acirrado na década de 1880 e ganharam eco na exaltação do Old South e no restante da nação, particularmente depois de 1915, quando do estrondoso sucesso de *The Birth of a Nation*, de D. W. Griffith (1845-1948). O filme, que veiculava imagens sobre a “selvagem sexualidade negra”, apresentava um retrato negativo do período de reconstrução sulista, quando se abria um pequeno espaço de cidadania ao negro.⁴³

A renascença sulista estava imersa na tentativa de repensar a história, muito embora, como assinalaria o historiador James Cobb em 2007, tenha acabado por contornar a “delicada questão da escravidão, pagando tributo ao charme e à cordialidade da classe dos senhores”, mas esquivando-se de enfrentar “o devastador impacto humano e econômico da instituição que deu suporte à escravidão”.⁴⁴

Esse repensar intelectual foi acompanhado de uma profissionalização do “fazer histórico”, que vinha dar suporte à reação aos valores conservadores do Old South e fazia com que, por volta de 1920, já houvesse cerca de 30 ou 40 cursos de História sobre o Sul sendo oferecidos nas universidades norte-americanas. Gilberto Freyre encontraria esse instigante ambiente intelectual nos Estados Unidos, seja em Waco, onde viveu entre 1918 e 1920, ou no período em que esteve em Nova Iorque, na Universidade de Columbia, entre 1920 e 1922, ou mesmo no seu retorno aos Estados Unidos, em 1926, quando visitou Maryland e Virginia.

Foi supostamente em Waco, em 1920, que Freyre registrou em seu diário uma observação a favor da chamada New Poetry, do New Criticism e da New History: “são três movimentos renovadores que fazem da literatura — ou da cultura — dos Estados Unidos de agora uma das mais vibrantes no mundo moderno.”⁴⁵

Segundo o próprio Freyre, em 1921 teria começado seu contato com Henry L. Mencken (1880-1956), o que o marcaria profundamente⁴⁶. Intelectual atuante nesse repensar da vida do Sul dos Estados Unidos, Mencken, um dos maiores críticos norte-americanos do século XX, reavaliava a cultura norte-americana, em especial a sulista⁴⁷, defendendo radicalmente os direitos civis, a liberdade de pensamento, e posicionando-se contra o puritanismo e o fundamentalismo cristãos. Colunista famoso e influente, antes mesmo de fundar e editar, com o futuro amigo íntimo de Freyre, o editor Alfred Knopf (1892-1984), a revista *American Mercury*, em janeiro de 1924, Mencken foi ainda um dos mais destacados incentivadores literários do Harlem Renaissance.

Tal movimento, que agitaria a vida de Nova Iorque, bem como do restante dos Estados Unidos logo após a Primeira Guerra Mundial, florescera no Harlem, em Manhattan, revelando um número crescente de negros norte-americanos que se projetaria nas artes, na música, na literatura e na dança⁴⁸. O Harlem Renaissance propunha a “edificação” da

raça negra, por meio de uma celebração de grande variedade cultural de elementos que mixavam a alta e a baixa cultura com a experimentação de novas formas que se notabilizaram principalmente na literatura, na poesia e na *jazz poetry*, numa espécie de exaltação a uma cultura híbrida.

A posição de Henry L. Mencken, de um modo geral, seguia a tônica de uma aguda crítica ao protestantismo e ao puritanismo. Cada grupo humano, pensava ele, seria capaz de produzir um pequeno número de pessoas claramente superiores que perfaziam uma elite, uma aristocracia. Essa elite, que poderia ser achada entre brancos ou negros, estava, naquele início de século, sendo substituída pela ascensão social de uma massa de brancos ignorantes que vinha tomando conta do Sul dos Estados Unidos e acabando, conseqüentemente, com a erudição e a cordialidade que faziam parte de um estilo de vida, de uma civilização.⁴⁹

Observava-se, no novo ambiente sulista pós-Primeira Guerra Mundial, uma profunda reflexão sobre os males trazidos pela guerra de secessão. O abandono da população negra com o final da escravidão era visto, escrito e lido como um fenômeno associado a de uma aguda crítica à sociedade industrial, sua economia e sua cultura. Havia um sentido de orgulho em reviver uma forma de vida em que, de acordo com essa ótica, valores divergentes de civilização questionavam o utilitarismo e o pragmatismo que tomavam conta dos Estados Unidos. Chegara a hora — como sugeriam os poetas e os professores do movimento *The Fugitives*⁵⁰, que se formara na Universidade de Vanderbilt, em Nashville, no Tennessee, igualmente por volta de 1915, em que pesem as divergências que viriam a ter com Mencken — de provocar uma reação que seria ainda mais radicalizada: esse grupo seria a origem dos *Agrarians*.⁵¹

Em 1930, ano em que Freyre iniciava suas pesquisas para *Casa-grande & senzala*, um grupo de doze intelectuais, ligados de alguma forma à Universidade de Vanderbilt, publicava o manifesto “I’ll Take my Stand: The South and the Agrarian Tradition”⁵² — conjunto de doze trabalhos que atacava a civilização industrial da sociedade norte-americana moderna e apregoava a preservação dos costumes e da cultura do sul rural como alternativa de civilização. O manifesto nascera sob a inspiração do estudante e poeta John Crowe Ransom (1888-1974), cujo pai foi missionário no Brasil⁵³, e dos professores de inglês e também poetas Donald Davidson (1893-1968) e Allen Tate (1899-1979)⁵⁴. De modo geral, os *Agrarians* estavam preocupados com o modernismo cultural e buscavam uma reconciliação entre tradição e progresso, apostando tanto na defesa da cultura e da herança cultural como nos valores religiosos do humanismo cristão e, por conseguinte, na reafirmação de uma filosofia antiliberal, especialmente importantes para uma cultura que teria construído um senso profundo de comunidade, identidade e laços familiares.⁵⁵

Não param por aí as similitudes e coincidências do trabalho de Freyre com esses sulistas⁵⁶. Assim como há uma leitura idílica do Brasil do século XIX em *Casa-grande & senzala*⁵⁷, o poder argumentativo dos ensaios do grupo *Agrarians* reside justamente na força de suas metáforas poéticas, que, na defesa de um Sul romantizado, transformou-se em uma afirmativa de valores universais⁵⁸; a industrialização, em última instância, seria inimiga da religião, das artes e de todos os componentes da “boa vida”: ócio, hospitalidade e conversação. Era uma visão plena-

⁴⁹ Cf. COBB, James, *op. cit.* p. 108.

⁵⁰ Nome dado à revista do grupo. Cf. CONKIN, Paul K. *The Southern Agrarians*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2001, p. 1.

⁵¹ Desse grupo emergiria também o *New Criticism*. Entre os mais notáveis *fugitives* estavam John Crowe Ransom, Allen Tate, Merrill Moore, Donald Davidson, Randal Jarrel e Robert Penn Warren.

⁵² O grupo era composto por John Crowe Ransom, Donald Davidson, Frank Lawrence Owsley, John Gould Fletcher, Lyle H. Lanier, Allen Tate, Herman Clarence Nixon, Andrew Nelson Lytle, Robert Penn Warren, John Donald Wade, Henry Blue Kline e Stark Young.

⁵³ John James Ransom veio para o Brasil em 1876 e por dez anos estruturou a fixação da Igreja Metodista no país, a partir do Rio de Janeiro.

⁵⁴ Cf. MURPHY, Paul V. *The Rebuke of History: The Southern Agrarians and American Conservative Thought*. Chapel Hill and London: The University of Southern Carolina Press, 2001, p. 1.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 14.

⁵⁶ Stella Bresciani observa que a estrutura dos capítulos de *Casa-grande & senzala* corresponde, instigantemente, ao modelo de uma história para o Brasil feita por Martius, em 1844, mas jamais citado por Freyre. Cf. BRESCIANI, Maria Stella M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 121. Da mesma forma, embora as coincidências de pensamento sejam chocantes, o repensar do Sul dos Estados Unidos aparece apenas como que acidentalmente na obra de Freyre.

⁵⁷ Fernando Henrique Cardoso dirá que “os críticos sempre mostraram as contradições, o conservadorismo, o gosto pela palavra sufocando o rigor científico, suas idealizações e tudo o que, contrariando seus argumentos, era simplesmente esquecido”. CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação: um livro

perene, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁸ Cf. MURPHY, Paul V., *op. cit.*, p. 2.

⁵⁹ Diário de Pernambuco, 13 mar. 1921. *Apud* LARRETA, Enrique Rodríguez e GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 110.

⁶⁰ A lista inclui uma série de literatos notáveis: Gordon, Katherine Anne Porter, Ernest Hemingway, Dorothy Day, Thomas Merton, Clare Boothe Luce, Jean Stafford, Robert Lowell, Tennessee Williams, Wallace Stevens e Walker Percy. Cf. MURPHY, Paul V., *op. cit.*, p. 36.

⁶¹ A aproximação e o entusiasmo de Freyre por Maurrais teriam sido breves. Cf. PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G., *op. cit.*, p. 180. A respeito, ver também FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*, *op. cit.*, esp. p. 132 e segs.

⁶² Salazar adotou a noção de tropicalismo lançada por Freyre, que, a serviço do ditador, visitaria as colônias portuguesas na África em 1951 e 1952.

⁶³ Rico, dono de dois jornais literários, o *The Bookman* e o *American Review*, Collins (1899-1952) era admirador confesso de Benito Mussolini. Allen Tate, entretanto, publicaria em 1936, em *The New Republic*, uma severa crítica ao fascismo.

⁶⁴ CONKIN, Paul K., *op. cit.*, p. 25.

⁶⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 26-32.

mente corroborada por Freyre, que escreveu: “Havia lazer, havia fausto, havia escravos e havia maneiras.”⁵⁹

Na época, como se verificava entre alguns dos Agrarians, notadamente Allen Tate, a crítica ao protestantismo levaria muitos intelectuais a um enorme interesse pelo *revival* católico⁶⁰. O movimento, que se iniciara ao final do século XIX, mas atingiria seu auge depois da Primeira Guerra até o II Conselho do Vaticano, na década de 1960, tinha forte inspiração de literatos e clérigos que pretendiam integrar a doutrina católica às tendências do humanismo cristão. Uma crítica à noção popularizada do Iluminismo, de um progresso inevitável da humanidade, juntava-se ao renovado interesse pela escolástica e por Santo Tomás de Aquino (1225-1274), acompanhada da imagem bastante negativa do mundo moderno impulsionado pela noção de progresso.

De sua vertente à direita, o *revival* católico teve como principais representantes a Action Française, liderada por Charles Maurras (1868-1952) — de quem Freyre se aproximou em 1922⁶¹, quando de sua estada na França — e, mais tarde, a Opus Dei. É conhecida também a ascensão ideológica de Maurras sobre o ditador português Antônio Salazar (1889-1970), de quem Freyre igualmente se aproximaria⁶². Dentre os Agrarians, alguns tiveram a reputação abalada no decorrer dos anos 1930, quando se associaram ao intelectual fascista norte-americano Seward Collins.⁶³

Aliada à busca de princípios cristãos humanistas, o grupo dos Agrarians cultivaria uma ácida crítica à sensibilidade vitoriana e aos empecilhos que ela trazia. Ainda como um *fugitive*, Allen Tate, inspirado em T.S. Eliot (1888-1965), dizia que

*somente as novas técnicas poéticas poderiam servir à causa do Sul, que ele veio a admirar; um Sul que um dia incorporou uma tradição cultural profunda. A literatura da causa perdida, da luz do luar e das magnólias, ou das cores locais, não era apenas falsa em sua factualidade e em sua espoliação do Sul, mas era a literatura produzida pelos mercados no Norte. As velhas técnicas poéticas, atreladas à sensibilidade vitoriana, eram inadequadas ao desafio de resgatar o verdadeiro Sul.*⁶⁴

Essas novas técnicas deveriam, em última instância, denunciar a moderna alienação da humanidade e de seu passado. A reação intelectual aos valores burgueses e filisteus do Norte parece ter dado certo. Em 1925, em Vanderbilt, a mais importante e influente universidade do Sul dos Estados Unidos, todos falavam sobre o Sul⁶⁵. Plasticamente, abandonavam a sensibilidade vitoriana.

A negação da perspectiva estrutural-funcional da Renaissance suísta destacava, antes de mais nada, a dimensão espiritual que o contato direto com a natureza e com a religiosidade engendraria para o desenvolvimento e a preservação de uma série de virtudes, como a honra, a integridade moral, o sentido de comunidade, uma vida de abundância e, em última análise, a espiritualidade, capaz de dar à civilização um sentido de pertença e de identidade. Resumindo, era a resposta ao mal de civilização do mundo industrial, cuja vulgarização e ausência de plasticidade e de espiritualidade punham em suspenso o supremo valor da virtude.

Tanto a literatura como a cultura e a “civilização” do Sul foram assim construídas, assentadas na memória, que apontava para a identi-

dade cultural e o passado em contraposição a qualquer idéia de futuro. Propunha-se uma outra idéia de civilização, uma forma diversa de estar no mundo. Com base na construção e (re)construção da memória, essa civilização trataria de si e das relações raciais como um modo de vida, não propriamente como uma forma de relação estrutural de exploração.

A crítica à sensibilidade vitoriana, é bem verdade, já havia sido anunciada de maneira enfática nos Estados Unidos pelo círculo literário ao qual pertencia Amy Lowell (1874-1925), de quem Freyre se dizia protegido⁶⁶ e que também teria influenciado profundamente os Agrarians. Em 1912, os *imagistas*⁶⁷ — Ezra Pound (1885-1972), Hilda Doolittle (1886-1961), Richard Aldington (1892-1962), F. S. Flint (1885-1960) e Amy Lowell eram alguns dos seus expoentes — haviam proposto novos estatutos poéticos que abandonavam, diziam eles, o sentimentalismo vitoriano e liberavam a expressão de artifícios e obscuridades. Tanto T. S. Eliot como D. H. Lawrence se deixariam influenciar por tal perspectiva.

Foi em 1920, portanto quatro anos antes de Freyre ajudar a fundar o Centro Regionalista do Nordeste, no Recife, que o pensador conheceu Amy Lowell⁶⁸. Além de promover poetas e intelectuais, Lowell se notabilizara por seu trabalho e, àquela altura, já publicara “Patterns” (1916), seu mais conhecido poema que, significativamente, protesta contra as inibições puritanas e as convenções repressivas da sociedade.

[...] *In Summer and in Winter I shall walk
Up and down
The patterned garden-paths
In my stiff, brocaded gown.
The squills and daffodils
Will give place to pillared roses, and to asters, and to snow.
I shall go
Up and down,
In my gown.
Gorgeously arrayed,
Boned and stayed.
And the softness of my body will be guarded from embrace
By each button, hook, and lace.
For the man who should loose me is dead,
Fighting with the Duke in Flanders,
In a pattern called a war.
Christ! What are patterns for?*

A criação do Centro Regionalista do Nordeste⁶⁹ seguiria a linha de incorporação de um novo sentido estético, crítico do século XIX e da modernidade, fiel, entretanto, às tradições de civilização. No *Manifesto regionalista*, publicação tardia de Freyre, supostamente escrito em 1926⁷⁰, ficariam registradas, de maneira exemplar, algumas das vigas mestras das suas preocupações intelectuais:

Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófito de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e “progressistas” pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. [...]

⁶⁶ Ver LARETTA, Enrique Rodríguez e GIUCCI, Guillermo, *op. cit.*, p. 90 e segs.

⁶⁷ Maldosamente chamado de *amygistas* por Pound, que romperia com Lowell.

⁶⁸ Foi num conclave no Campus da Baylor. Além de Amy Lowell, estavam presentes Vachel Lindsay e William Butler Yates.

⁶⁹ Entre outros, além de Freyre, fizeram parte da sua criação: Carlos Vieira Filho, Júlio Belo, Moraes Coutinho, Carlos Lyra Filho e Odilon Nestor.

⁷⁰ É praticamente unânime a tese de que o manifesto teria sido redigido apenas na década de 1950. Entretanto, vários estudiosos de Freyre, entre eles Elide Rugai Bastos, afirmam que o teor do manifesto estaria em conformidade não só com o *Livro do Nordeste*, mas igualmente com artigos daquele período. Cf. BASTOS, Elide Rugai, *op. cit.*

⁷¹ FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: 1955, p. 19 e 20.

⁷² Como diria Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Freyre optaria “por valorizar um *ethos* que, se garante a identidade cultural dos senhores, é ele próprio quem compara o patriarcalismo nordestino com o dos americanos do Sul e os vê próximos”. CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação: um livro perene, *op. cit.*, p. 26.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ Cf. LARETTA, Enrique Rodríguez e GIUCCI, Guillermo, *op. cit.* Como bem mostram os autores, Freyre sequer fez parte do círculo restrito de Boas, p. 140 e 141. Note-se ainda que, da banca de mestrado de Freyre, defendido na Columbia University em 1922 (*Social Life in Brazil in the Middle of the 19.th Century*), participaram William R. Shepherd (1871-1934), Clement Haring e Carton Hayes (1882-1964). Esse trabalho de apenas 33 páginas — e que seria uma espécie de núcleo do pensamento de Freyre — acabou sendo publicado no mesmo ano na *The Hispanic American Historical Review* por Sheperd, um especialista em América Latina que fora um dos fundadores da revista havia quatro anos.

A verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários de seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral pela fascinação estética dos mesmos valores.

[...] o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero.⁷¹

A obra de Gilberto Freyre vinha ao encontro da concepção renascentista do Sul dos Estados Unidos. As formas narrativas em *Casa-grande & senzala* tiveram o encantamento de apresentar a harmonização dessa forma de vida, numa perspectiva inclusive plástica com a natureza e o meio-ambiente, que fazia da nostalgia do século XIX e do modo português de estar no mundo — fraterno, plástico, tolerante, cristão — um pano de fundo para o quadro mais geral de integração e presença marcante do negro em um ideal de civilização. Em tudo isso, Gilberto Freyre via grande similaridade entre o Sul dos Estados Unidos e o Nordeste do Brasil⁷², não fosse a diferença trazida pelo autor ao introduzir o iberismo como o grande responsável pela harmonização das raças, o que o levava a dizer que “híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constitui mais harmoniosamente quanto às relações de raça”⁷³. Não seria de estranhar, como observam Larreta e Giucci, em recente estudo bibliográfico sobre Freyre, que o estilo intelectual dele diferisse tanto do adotado por aquele que mais tarde seria apontado como seu mestre: o professor Franz Boas.⁷⁴

Assim como os Agrarians, em Gilberto Freyre esse *revival* pressunha a sustentação de uma estrutura de classe através de um outro tipo de arranjo para a modernidade, muito longe de uma ética embasada no puritanismo calvinista, na moral vitoriana e no individualismo pregados pelo liberalismo.

Na USP

Distante da visão freyreana, e fundamentalmente contra ela, a posição do grupo de pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que havia sido contratado em São Paulo pela Unesco, era a de que a essência do modo de vida do Nordeste brasileiro seria justamente a segregação racial e não aquela pseudocivilização que paga seu tributo à cordialidade, à plasticidade e à miscigenação.

As duas visões se chocavam. Enquanto os agraristas procuravam fugir da dimensão, da lógica de sistema capitalista e do progresso, o grupo da USP, em sua perspectiva estrutural-funcional, afirmava categoricamente que a escravidão era um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo e, portanto, à inscrição do país na modernidade, como enfatizaria Fernando Henrique Cardoso:

A economia escravista, por um lado, é uma economia de desperdício pela sua própria natureza, e por outro lado, funda-se em requisitos sociais de produção que a tornam



obrigatoriamente pouco flexível diante das necessidades de inovação na técnica de produção. Noutros termos, e sintetizando, a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de um certo limite, a economia escravocrata se apresenta como um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo.⁷⁵

As propostas de Gilberto Freyre acabariam por provocar um imenso mal-estar no Brasil, notadamente no pós-Segunda Grande Guerra. Se, por um lado, sua leitura da realidade brasileira despertava interesse nos anos 1950, principalmente em função da valorização da harmonização social entre brancos e negros, grande problema político para os Estados Unidos nesse período de guerra fria, sua descrença no modelo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, bem como sua fascinação pelo passado, faziam com que Freyre entrasse em choque com as propostas de democracia, industrialização e desenvolvimento em voga naqueles tempos.

A solução da questão social e a supressão da pobreza e da miséria, por intermédio da reversão dos índices de miséria, natalidade, educação e modernização, fizera com que o desenvolvimento econômico industrial fosse tomado como o caminho que levaria invariavelmente os sistemas políticos — algum dia — ao encontro da liberdade. Tanto as teses de Raymond Aron (1905-1983)⁷⁶ como os princípios de desenvolvimento defendidos pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) ou pelas chamadas esquerdas modernizantes, por exemplo, seguiram por essa vertente.⁷⁷

Numa perspectiva de futuro e de desenvolvimento industrial, portanto, o término da escravidão seria um requisito fundamental “para a formação plena do sistema mercantil-industrial capitalista”⁷⁸, num país onde “o preconceito se torna um recurso de autodefesa do branco” e onde “a espoliação social que ele deseja manter justifica-se por motivos naturais”⁷⁹. É justamente aí que reside a crítica de Florestan Fernandes: o “velho regime” tratou de perpetuar a ordenação das relações raciais, “mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora”.⁸⁰

O mito da democracia racial serviria, então, para conservar essa realidade, já que o negro e o mulato estariam “socializados não só para tolerar, mas para aceitar como normal e até endossar as formas existentes de desigualdade racial, com os seus componentes dinâmicos — o preconceito racial dissimulado e a discriminação racial indireta”⁸¹ —, numa ordem racial que se superpunha à ordem social da sociedade de classes em expansão⁸². Melhor dizendo, a herança racista, de dominação estamental, dificultaria a recuperação do que se perdeu e dos “caminhos históricos de integração econômica, sociocultural e política de uma sociedade cultural e racialmente homogênea”.⁸³

O grupo de Fernandes e Bastide insistia na ênfase do desenvolvimento e da formação da democracia burguesa, baseado na constatação de que o negro fora alijado do processo de desenvolvimento econômico ainda antes da abolição e depois dela⁸⁴. Florestan Fernandes afirmava que “não é só a democracia racial que está por constituir-se no Brasil. É toda a democracia na esfera econômica, na esfera social, na esfera jurídica e na esfera política.”⁸⁵ Os valores patrimonialistas viriam de encon-

⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, op. cit., p. 217.

⁷⁶ Ver, por exemplo, ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora UnB, 1980.

⁷⁷ Ver CANCELLI, Elizabeth. *A crise dos alienados: o revival da intolerância*. São Paulo: Edusp (no prelo).

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 227.

⁷⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, op. cit., p. 320.

⁸⁰ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe no limiar de uma nova era*. São Paulo: Dominus, 1965, p. 1.

⁸¹ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*, op. cit., p. 10.

⁸² *Idem*, *ibidem*, p. 13.

⁸³ *Idem*, *ibidem*, p. 15 e 16.

⁸⁴ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, op. cit., esp. Introdução.

⁸⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 23.



⁸⁶ Um dos mais importantes *Afro-Americans* acadêmicos, Lincoln foi professor de religião e cultura em várias universidades norte-americanas, tendo falecido como professor aposentado da Duke University (1993). Seu trabalho mais conhecido é o livro *The Black Muslims in America*, de 1961.

⁸⁷ Cf. LINCOLN, C. Eric. The American Protest Movement for Negro Rights. In: DAVIS, John P. (ed.). *The American Negro Reference Book*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood, 1969 (1. ed.: 1966), p. 458.

⁸⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 458 e segs.

tro à necessidade de tais transformações. As críticas feitas pelo grupo de Florestan e Bastide assinalavam que o patriarcalismo representaria o obstáculo para o pleno desenvolvimento do capital e para a plenitude democrático-burguesa. Típico problema dos países “subdesenvolvidos”, a mentalidade patriarcal seria um empecilho para a adoção de modelos e valores políticos modernos, em que pese a leitura feita pelos norte-americanos sobre a existência, no caso específico do Brasil, de uma democracia racial (evidentemente desacompanhada de uma democracia política).

Ao contrário do que sustentava o grupo da Universidade de São Paulo, a proposição de Gilberto Freyre, de que era possível haver harmonia social em uma sociedade desigual, tinha como tônica a tese de que mudanças culturais, ou das mentalidades — e daí sua aposta na *New History* — seriam capazes de fazer a inclusão do negro, preservando um sistema de vida sem tocar nas premissas dos sistemas de exploração e acumulação.

A idéia de uma democracia racial engendrada pelas mentalidades e pela tradição da cultura se encaixava parcialmente nas soluções de governo que seriam encontradas nos Estados Unidos para resolver os problemas de inclusão social das populações negras e dos direitos civis. Num artigo de 1966, publicado em *The American Negro Reference Book*, o historiador norte-americano C. Eric Lincoln (1924-2000)⁸⁶ pode ser tomado como exemplo de como os liberais rebateram a leitura das esquerdas e do Partido Comunista sobre a democracia nos Estados Unidos em relação à questão racial.

Lincoln salientava que existiam dois grandes paradoxos na experiência democrática norte-americana: a presença da segregação racial em meio a uma sociedade livre e, embora a segregação exprimisse um conflito entre raças, estas não estavam totalmente divididas. Esse *unfreedom* do racismo e da segregação, dizia ele, seria inconsistente com os princípios básicos da filosofia política dos Estados Unidos e seu corpo de idéias e valores, entendidos como *American way of life* ou *American dream*⁸⁷. Segundo Lincoln — naquela época professor visitante no Darmouth College e diretor do Institute of Social Relations do Clark College, em Atlanta —, mesmo que a acomodação não significasse aceitação servil, a maior parte dos negros havia se acomodado aos padrões de segregação em meio a ilhas de protesto. A segregação racial seria também uma questão moral, portanto mais do que uma questão social e política.

Um grande passo teria sido dado para a solução do problema, segundo Eric Lincoln, quando se compreendeu que ele não poderia ser resolvido por negros ou por brancos, mas por um esforço concentrado do povo norte-americano. Outro paradoxo levantado pelo autor é o de que a questão não deveria mais ser olhada como questão sulista. O preconceito não era a única causa da segregação; seus aliados estavam escondidos no desemprego, na insegurança econômica, na ansiedade, no medo e na política.⁸⁸

Assim, se a segregação e a alienação estavam em choque com os princípios fundamentais da filosofia política dos Estados Unidos e seu corpo de idéias e valores, trazendo conseqüências sociais e políticas, cabia essencialmente enfrentar o problema a partir da transformação das mentalidades racistas. No fundo, seria a mentalidade que produzia resultados negativos quanto ao acesso ao trabalho, à educação e à segu-

rança econômica. As mentalidades, ou seja, a cultura, portanto, e não o sistema econômico, seria responsável pela marginalização.

Na verdade, tanto a perspectiva freyreana (existência de democracia racial) quanto a defendida pelo grupo da USP (existência de preconceito racial como resultado da marginalização provocada pela escravidão e por suas conseqüências pós-abolição) respondiam às estratégias de combate ao racismo nos Estados Unidos. A primeira porque, como visto, apostava em mudanças culturais, o que, em última análise, impulsionava a construção de políticas que pudessem transformar as mentalidades racista e segregacionista. Nessa ótica, supunha que uma democracia racial seria plenamente possível, sem levar em conta sua fascinação pelo passado e seu profundo desconforto com os valores e o sistema político e econômico da república norte-americana.

A segunda perspectiva também alimentava a estratégia de combate ao racismo porque apostava que a democracia seria possível pela consolidação de uma sociedade de classes que pudesse expurgar os antigos hábitos, padrões de comportamento e funções sociais institucionalizadas, e na qual se constatava o comportamento subordinado da população negra, que se adequava às elites conservadoras, como analisado por Florestan Fernandes. Nessa visão, aceitava-se o modelo socioeconômico de acumulação ocidental como o grande engendrador da democracia social e política e, em última análise, admitia-se o fato de que existiria um paradoxo na presença de segregação racial em meio a uma sociedade de classes plenamente constituída. Como chamava atenção Arthur Schlesinger, ao mesmo tempo em que a industrialização criava uma inimaginável abundância e riqueza, cessara a ordem social da fé e da irmandade⁸⁹. Daí a importância da intervenção governamental, ou seja, da adoção de políticas nas quais “a expansão dos poderes do governo pudessem ser constantemente parte essencial do ataque da sociedade aos males das vontades e da injustiça”.⁹⁰

Fundado em 1947 por Arthur Schlesinger, Eleanor Roosevelt (1884-1962), Walter Reuther (1907-1970), Hubert Humphrey (1911-1978)⁹¹, David Dubinsky (1898-1987) e Chester Bowles (1901-1986), o Americans for Democratic Action, órgão do Partido Democrata, definiria os direitos civis como a questão fundamental de sua atuação — política seguida pelo presidente democrata Harry Truman (1884-1972)⁹², que estabeleceria o Presidential Committee for Civil Rights⁹³, passo fundamental para acabar com as leis de discriminação, especialmente do Texas, Louisiana, Mississippi, Alabama, Georgia, Carolina do Norte, Virginia, Arkansas, Tennessee, Oklahoma e Kansas.

Naquela época já circulava, pesquisa financiada pela Carnegie Corporation sobre relações raciais e realizada pelo economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987)⁹⁴, cuja publicação, em 1944, no livro *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, foi um estrondoso sucesso⁹⁵. O ponto nodal da questão era o enfrentamento do paradoxo (ou melhor, do dilema) representado pela coexistência dos princípios liberais norte-americanos e a miséria dos negros. Entendia-se que o problema dos negros era, na verdade, um problema dos brancos. Isso queria dizer que, em essência, estaria na reação institucionalizada contra as injustiças sociais do racismo e da segregação o cerne das políticas relativas às questões dos direitos e das liberdades civis⁹⁶. Daí a

⁸⁹ Cf. SCHLESINGER JR, Arthur M., *op. cit.*, p. 243. V. cap. XI (Freedom: a Fight Faith).

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 251.

⁹¹ Humphrey foi eleito vice-presidente dos Estados Unidos (no governo Lyndon Johnson em 1964).

⁹² Truman foi presidente dos Estados Unidos de 1945 a 1953.

⁹³ A comissão era formada por Charles E. Wilson, Sadie T. Alexander, James B. Carey, John S. Dickey, Morris L. Ernst, rabino Roland B. Gittelsohn, Dr. Frank P. Graham, reverendo Francis J. Haas, Charles Luckman, Francis P. Matthews, Franklin D. Roosevelt Jr, reverendo Henry Knox Sherril, Boris Shishkin, M.E. Tilly e Channing H. Tobias e, em dezembro de 1947 apresentou um relatório sugerindo uma série de medidas para acabar com a discriminação, inclusive para que fossem criadas comissões permanentes, o que só seria realizado no governo seguinte. Em 1948 Truman assinou as ordens executivas 9988 e 9981 de des-segregação na esfera pública federal e nas forças armadas. Em 1957 Eisenhower aprovou o Civil Rights Act; em 1960, um novo Civil Rights Act criaria a Comissão Permanente de Civil Rights e a Divisão de Civil Rights no Departamento de Estado.

⁹⁴ Prêmio Nobel de Economia em 1974.

⁹⁵ Cem mil cópias entre 1944 e 1965.

⁹⁶ Cf. SCHLESINGER JR, Arthur M., *op. cit.*, p. 252.

⁹⁷ O uso do termo se deu quando da edição da Ordem Executiva 10925, que exigia dos empregadores federais a adoção de ações afirmativas que assegurassem emprego e tratamento sem discriminação por raça, credo, cor ou origem.

⁹⁸ O maior expoente dessa corrente de protesto foi Martin Luther King.

⁹⁹ Sobre o Congresso pela Liberdade da Cultura, recomendando a leitura do trabalho de GRÉMION, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le congrès pour la liberté de la culture à Paris (1950-1975)*. Paris: Fayard, 1995.

¹⁰⁰ Ver SAUNDERS, Frances Stonor. *Who Paid the Piper? The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters*. New York: The New Press, 1999.

¹⁰¹ Estiveram presentes, entre outros, Philip Mason (Grã-Bretanha), Eric Lincoln (Brown University), Talcott Parsons (Harvard), Louis Lomax (Los Angeles) e Rarold Isaacs (MIT).

¹⁰² Cf. SCHLESINGER JR, Arthur M. *Not Right, Not Left, But a Vital Center: The Hope of the Future in the Widening and Deepening of the Democratic Middle Ground*. *New York Times Magazine*, april 4, 1948 (sec. 6). Disponível em <www.writing.upenn.edu/~afilreis/50s/schlesinger-notrightleft.html>. Acesso em 10 ago. 2006.

implementação das políticas de ação afirmativa, termo usado pela primeira vez em 1961 por John F. Kennedy (1917-1963), de quem Arthur Schlesinger, admirador do trabalho de Gunnar Myrdal, seria assessor.⁹⁷

Aliadas a essas iniciativas governamentais de compensação social, as estratégias do governo incluíam o apoio ao movimento pelas liberdades civis, quando assentado na premissa da não-violência, ou a ações de líderes religiosos e de defesa da desobediência civil às leis de segregação, sempre sob a condição de que adotassem uma postura pacifista⁹⁸.

Nessa linha política, foram inúmeros os encontros e seminários que tomaram como tema a questão racial, fortemente pautados pela agenda de discussões da guerra fria e de sua guerra cultural. O Congresso pela Liberdade da Cultura (Congress for Cultural Freedom – CCF)⁹⁹ juntou-se à American Academy of Arts and Sciences e, com financiamento da Fundação Ford, cujos fundos eram repassados da CIA para o CCF desde sua fundação em 1950¹⁰⁰, patrocinou, em setembro de 1965, o congresso Race and Color¹⁰¹ na cidade de Copenhagen.

No caso brasileiro, as interpretações conflitantes de Gilberto Freyre e do grupo liderado por Florestan Fernandes sobre a questão racial, que apareceram com destaque nas pesquisas financiadas pela Unesco em 1951 e 1952, fizeram parte desse ambiente mundial de discussão e embates tão caro à estratégia norte-americana de respostas às críticas sobre o sentido de sua democracia política.

Ambas as interpretações se opunham em termos de modelos de civilização. Ambas anunciavam, entretanto, um certo mal-estar na civilização. Apontavam, cada uma a seu modo, saídas que respondiam à problemática do racismo. A solução preconizada por Gilberto Freyre estava sedimentada nos alicerces da renovação intelectual ocorrida no Sul dos Estados Unidos nas primeiras três décadas do século XX. A de Florestan Fernandes era uma aposta na modernização via desenvolvimento; modernização e conscientização da classe trabalhadora, ou, como ele dizia, consolidação burguesa de um país que se encontrava no estágio de uma sociedade de classes em formação.

Essas duas saídas continuaram a ser tema de embates políticos e intelectuais, especialmente após a adoção das políticas de ação afirmativa por instituições públicas brasileiras na década de 1990, embora suas ênfases sobre as razões do abandono da população negra fossem divergentes. Se Gilberto Freyre se ateve ao abandono provocado pela fria sociedade industrial, Florestan Fernandes via na herança do patriarcalismo as sementes do racismo e da marginalização social.

Seja como for, seguindo qualquer das orientações, a agenda norte-americana, à época da guerra fria, sobre a questão racial conseguiu ocupar um lugar central nos debates sociais. Segundo a convicção de Arthur Schlesinger, sem a já “descabida” distinção política entre esquerda e direita¹⁰², estavam todos envolvidos em tal debate e, em meio à complexidade da vida política, prontos, no seu entender, para engajar-se no “ativismo democrático”. Seriam, nesse sentido, relevantes as conclusões do já citado relatório do chefe da Division for the Study of Race Problems da Unesco, Alfred Metraux: o perigo de se acabar com a democracia racial no Brasil estaria localizado na rápida urbanização, no nascimento de uma classe trabalhadora rural, acompanhada de uma crescente competição entre imigrantes, com um grande número de pessoas de cor que

estavam se mudando para os centros industriais. O problema se resumiria a uma questão de inclusão e de mentalidade, reveladora, como chamava atenção C. Eric Lincoln, no *The American Negro Reference Book*, de um dos paradoxos da experiência democrática!

Estava assim resguardado o *American way of life*.

80

Artigo recebido em fevereiro de 2008. Aprovado em maio de 2008.

